



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE VITÓRIA DO XINGU
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CNPJ: 14.811.402/0001-80

ANÁLISE DO PEDIDO DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

PROCESSO: **PREGÃO PRESENCIAL – SRP N.º 9/2022-005-FME** | CONTRATO: **20220076**

A Secretaria Municipal de Educação do Município de Vitória do Xingu, após análise do pedido de reequilíbrio econômico financeiro, protocolado pela Empresa RAIMUNDO TENORIO TORRES 25295772268, referente ao Pregão Presencial – SRP N.º 9/2022-005-FME e tomando por base os recorrentes aumentos dos preços de combustíveis, considerando as informações acerca do preço praticado na região para a prestação de serviços de transporte escolar, considerou reajustar o valor da diária, conforme descrito abaixo:

ROTA	VALOR HOMOLOGADO PREGÃO PRESENCIAL – SRP N.º 9/2022-003-FME	VALOR DO REEQUILÍBRIO PROPOSTO PELA EMPRESA PRESTADORA DO SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR	VALOR AUTORIZADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (SEMED) COM BASE NA ANÁLISE DO PEDIDO DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO	DIFERENÇA PERCENTUAL DO REEQUILÍBRIO EM RELAÇÃO AO VALOR HOMOLOGADO
ROT 22 – LANCHAS	R\$ 1.020,00/DIA	R\$ 1.530,00/DIA	R\$ 1.336,00/DIA	31%

Ivanilson S. Farias
Ivanilson da Silva Paixão
Gerência Técnico-Administrativa: Transporte Escolar

GRIMARIO REIS
Assinado de forma digital por GRIMARIO
NETO:39207145200 REIS NETO:39207145200



Grimário Reis Neto
Secretário Municipal Educação
Decreto Municipal n.º 004/2021-GAB/PMV

Secretaria Municipal de Educação
Endereço: Avenida Manoel Felix de Farias, 838.
CEP: 68.383-000 | Bairro: Centro | Fone: (93)35211209
E-mail: semedfmevtx@gmail.com



JUSTIFICATIVA PARA FORMALIZAÇÃO DO TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 20220076.

Interessado: Secretaria Municipal de Educação de Vitória do Xingu/PA.



JUSTIFICATIVA

OBJETO: TERMO ADITIVO PARA REEQUILÍBRIO DE PREÇO DO CONTRATO Nº 20220076, DO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 9/2022-005-FME – OBJETO: LOCAÇÃO DE VEÍCULOS E BARCOS PARA O TRANSPORTYE ESCOLAR, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE VITÓRIA DO XINGU/PA.

FUNDAMENTAÇÃO: Art. 65, II, “d”, da Lei Federal nº 8.666/93 e Alterações posteriores.

A presente justificativa visa fundamentar o reequilíbrio econômico financeiro de preço no Contrato nº 20220076 de origem do Pregão Presencial SRP nº 9/2022-005-FME, solicitado pela empresa contratada, e autorizado por essa Administração.

O motivo que leva a Administração a fazer o aditivo para o reequilíbrio do contrato em epígrafe, pauta-se, na necessidade de revisão/repactuação econômica financeira, visto que ocorreu fato superveniente, qual seja, conforme reportagens diárias, documentos anexas, demonstram que os preços sofreram excessivos aumentos, não mais se pactuando com o preço de mercado.

Analisando a legislação de regência vê-se que a previsão acerca da obrigatoriedade da realização de licitações para a contratação de serviços pela Administração Pública consta do art. 37, XXI da Constituição Federal: (**grifamos**)

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Como se percebe no dispositivo transcrito a Constituição fala em “manter as condições efetivas da proposta” o que enseja a obrigatoriedade constitucional de o contrato administrativo ser equilibrado.

Nessa medida, tem-se que deve haver em todo contrato administrativo um equilíbrio econômico e financeiro capaz de assegurar que a relação em prestador e ente público siga comutativa, ou seja, que sejam preservados os ônus e bônus.



Nesse sentido o equilíbrio econômico-financeiro apresenta-se como a relação entre o conjunto de encargos impostos ao particular e a remuneração do objeto contratado, devendo ser mantido durante toda a execução contratual, o percentual de lucro ou perda definido pelo licitante quando da apresentação de sua proposta na licitação.

Quando o referido equilíbrio é quebrado desfaz-se a comutatividade da relação passando o contrato a onerar demais uma das partes o que provoca enriquecimento ilícito da outra.

A Lei nº. 8.666/93 atenta a essa possibilidade estabelece o mecanismo de revisão de preços para que em casos de quebra do equilíbrio contratual se possa realinhá-lo.

Tal previsão consta do art. 65, Inciso II, Alínea “d” da referida lei, *in verbis*:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

II - por acordo das partes:

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

Para que a possibilidade de revisão não se tornasse um expediente fraudulento onde licitantes mal-intencionados usassem da má-fé e apresentasse propostas extremamente baixas e quando vencessem requeressem a revisão a Lei de Licitações estabelece que esse só ocorrerá se acontecer algum dos fatos narrados na alínea d, são eles:

Fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado;

• **Força maior; Caso fortuito; Fato do príncipe:**

O § 6º do referido dispositivo estabelece ainda outra hipótese de possibilidade de reajuste, o chamado fato da administração:

§ 6º Em havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos do contratado, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

No que pertinente ao tema, Celso Antônio Bandeira de Mello, em sua obra “Curso de Direito Administrativo”, Editora Malheiros, p. 347 assim assevera:

“... o equilíbrio econômico financeiro é a relação de igualdade formada, de um lado, pelas obrigações assumidas pelo contratante no momento do ajuste e, de outro lado, pela compensação econômica que lhe corresponderá”.





Assim, apenas nas hipóteses elencadas pela lei de licitações é que se pode proceder ao reequilíbrio de preços, o que ocorreu no caso em tela, pois não tinha como a Administração, bem como, a empresa saber quantos aumentos haveriam no decorrer do contrato.

Para um melhor entendimento de valores, segue a tabela abaixo, com os valores reajustado:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	V. Unit. Contratado	Percentual Equilíbrio- econômico 1º Termo	V. Unit. Reajustado 1º Termo Aditivo
22	Lancha	RS - 1.020,00	31%	RS - 1.336,00

Importante esclarecer que, para que exista o direito ao restabelecimento de referido equilíbrio, faz-se necessário que ocorra algum fato, posterior à proposta, que venha a agravar qualquer uma das partes contratantes, nos exatos termos do Art. 65 da Lei de Licitações e Contratos, e quanto a esse aspecto comprovou a requerente tal exigência em seu requerimento.

Assim, sendo a alteração do contrato possível, eis que o Art. 65, II, alínea "d" da Lei de Licitação nº 8.666/93 e alterações posteriores, dão os devidos respaldos legais, justifica-se a confecção do Termo Aditivo de reequilíbrio de preços do Contrato nº 20220076.

Vitória do Xingu-PA, 09 de junho de 2022.

Grimário Reis Neto
Secretário Municipal de Educação
Município de Vitória do Xingu - PA
09/06/2022

GRIMÁRIO REIS NETO
Secretário Municipal de Educação

